

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.303 - SP (2019/0123772-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : RUI FILIPE ALCOBIA MENDES
ADVOGADO : CARLOS MANUEL ALCOBIA MENDES E OUTRO(S) -
SP182587
AGRAVADO : KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO
ADVOGADOS : LUIS GUSTAVO OCON DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP171579
SILVANA FERREIRA SANTOS - SP357466

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por RUI FILIPE ALCOBIA MENDES contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AGRAVO INTERNO - DECISÃO MONOCRÁTICA - AÇÃO DE COBRANÇA - JUSTIÇA GRATUITA - BENEFÍCIO REQUERIDO EM APELAÇÃO - ALEGAÇÃO DO APELANTE DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS - DETERMINAÇÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS — JUNTADA DE DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA INCOMPLETA CONSULTAS PROCESSUAIS E ACÓRDÃO DA 23 CÂMARA DE DIREITO PRIVADO QUE DEFERIU O BENEFÍCIO À MICROEMPRESA DO AGRAVANTE — DOCUMENTOS INSUFICIENTES À COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DO BENEFÍCIO COM A DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO DO PREPARO RECURSAL - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS A ENSEJAR A CONCESSÃO DA BENESSE - COTEJO DOS ELEMENTOS DOS AUTOS QUE PERMITE CONCLUIR PELA POSSIBILIDADE DE O AGRAVANTE ARCAR COM AS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS - AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS PARA O DEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA - RECURSO DE APELAÇÃO DESERTO — DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO (fls. 167).

Quanto à controvérsia apresentada, relativa à concessão dos benefícios da justiça gratuita, alega violação dos arts. 98, § 6º, e 99, §§ 3º e 4º, ambos do CPC/2015, e 5º, *caput*, da Lei n. 1.060/50, trazendo, em síntese, os seguintes argumentos:

No caso em tela, não se vislumbra qualquer indício de boa situação financeira do Recorrente.

Como afirmado alhures, o Recorrente acostara pesquisa feita junto à

Serasa, a qual atesta que contra essa pesam 4 (quatro) anotações junto a este órgão restritivo de crédito. Outrossim, vê-se que a remuneração mensal do Recorrente é, tão só, o equivalente a cerca de 3 (três) salários-mínimos. Ademais, atualmente o recorrente sequer conta bancária tem, demonstrando seu estado de necessidade.

[...]

Na realidade, o acesso ao Judiciário é amplo, voltado também às pessoas hipossuficientes financeiramente. O Recorrente, como visto acima, demonstrou sua total carência econômica, de modo que se encontra impedido de arcar as custas e despesas processuais.

[...]

Destarte, sem a concessão da gratuidade pleiteada o recorrente/apelante, ficará sem condição de ver seu recurso processado pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo, sendo que, em especial no caso em tela, tal é fundamental, eis que a r. Sentença possui vícios formais, tendo se fundamentado em fatos inexistentes e é contrária ao que dos autos consta (fls. 185/187).

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso apresentado, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

